

Proposta de Resolução – CNRH
que estabelece diretrizes adicionais
que devem ser incluídas nos planos
de recursos hídricos em regiões que
contenham trechos da zona costeira.

Câmara Técnica de Integração da
Gestão das Bacias Hidrográficas
e dos Sistemas Estuarinos e Zona
Costeira CTCOST

Luiz Fernando Cybis
Presidente da CTCOST

Histórico

- Março 2008 – apresentação proposta original.
- Junho 2008
 - entrega de contribuições por um grupo de conselheiros do CNRH.
 - Encaminhamentos da CTPNRH e da CTPOAR.
- Novembro 2008 – CTCOST solicita devolução da proposta.
- Novembro 2008 a Maio 2009 – processo de reavaliação interno da CTCOST.
- Junho 2009 – proposta revisada encaminhada para a sec. Exec. do CNRH.
- Fatos paralelos:
 - Maio 2009 – CNRH estabelece prioridades para o ano de 2009: CTCOST – plano de recursos hídricos e outorga.
 - Setembro 2009 – reunião do SRHU/ANA/CTCOST

Documentos a serem considerados:

- Subsídios para análise da proposta de Resolução que estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira (versão que seguiu para a 110ª Reunião da CTIL, em 29/6/2009).
- Proposta de resolução que *Estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos em regiões que contenham trechos da zona costeira.*
- Emendas acordadas – CTCOST/SRHU/ANA

Premissas básicas consideradas pela CTCOST na reavaliação da sua proposta de resolução.

➤ Competência

- A Lei no 9.433/97 preconiza, em seu artigo 3º, as diretrizes gerais de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, prevendo a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental, a integração da gestão de recursos hídricos com uso do solo e a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.
- Entre as competências da CTCOST encontram-se analisar e propor mecanismos de integração das políticas de gestão de recursos hídricos e de gerenciamento costeiro, considerando também as demais políticas públicas incidentes, e a proposição de mecanismos de integração dos instrumentos das políticas e indicadores comuns para o gerenciamento de recursos hídricos na zona costeira e sistemas estuarinos.
- Temas prioritários p/ 2009 – CTCOST (XXI Reunião Ordinária CNRH):
 - Proposta de resolução que estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos de zonas costeiras.
 - Proposta de resolução que disciplina a outorga de direitos de uso de recursos hídricos em zona costeira.

Premissas básicas consideradas pela CTCOST na reavaliação da sua proposta de resolução.

➤ Estratégia de ação para fins de integração das políticas:

- Considerar as contribuições apresentadas pela CTPNRH, CTPOAR e grupo de conselheiros
- Trabalhar a integração por instrumento da Política de Recursos Hídricos.
- A escolha dos Planos de Recursos Hídricos como primeiro instrumento a ser trabalhado se deve ao seu caráter disseminador de diretrizes para os demais instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, bem como de orientação aos comitês de bacia para começarem a lidar com mecanismos de integração entre os sistemas de recursos hídricos e de gerenciamento costeiro.

Considerações Gerais

- Independentemente da necessidade de esclarecer as competências legais de quem deve implementar determinada ação na zona costeira, esta resolução traz, tão somente, a necessidade inadiável de se diagnosticar os problemas oriundos das interferências mútuas dentro e fora da bacia.
- Essa é uma questão que vem sendo negligenciada pelos planos de recursos hídricos, mesmo diante da determinação legal de se integrar a gestão de bacias hidrográficas com os sistemas estuarinos e zona costeira.
- Os planos não trazem qualquer preocupação com os efeitos que as interferências dentro da bacia podem causar na costa circunvizinha e vice-versa, fazendo com que tenhamos gestões completamente dissociadas.

Considerações Gerais

- A discussão sobre competência legal de quem faz o quê na zona costeira não deve impedir que se façam esses diagnósticos. São apenas diagnósticos.
- A participação do comitê de bacia no direcionamento do que deverá ser efetivamente levantado traz uma dimensão mais realista à aplicação da resolução, principalmente naquilo que se refere à discussão de quem vai ou deve pagar o quê.
- Ao aprovar essa resolução, o Brasil dará um passo importantíssimo na vanguarda dessa questão no mundo, pois está claro em vários documentos internacionais (UNEP, Fórum Mundial das Águas, etc.) que a gestão costeira e a gestão de bacias hidrográficas vêm sendo indesejavelmente tocadas no mundo de forma independente, sem relações de causa e efeito.

O que mudou.

- Passou de 5 para 4 artigos.
- Pequenas modificações nos considerandos.
- No artigo 2º foram retiradas as definições de sistema estuarino.
- No inciso I do artigo 3º, desvinculou-se a definição da área de integração do anexo, deixando-se livre para que a mesma seja definida conjuntamente pelos respectivos gestores.
- Foi retirado o artigo 4º, que dizia que as especificidades das Zonas Crítica, Dinâmica e de Influência deveriam ser consideradas na formulação das diretrizes para o enquadramento dos corpos d'água, a outorga e a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, observada a legislação correspondente a cada um desses instrumentos.
- Retirado o anexo: Metodologia para delimitação da área de integração da gestão de recursos hídricos e da zona costeira.